

STJ00109961

ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR
DANILO GONÇALVES GASPAR
FABIANO COELHO
RAPHAEL MIZIARA

DIREITO DO TRABALHO DE EMERGÊNCIA

Impactos da **COVID-19**
no Direito do Trabalho

Atualização garantida até outubro/2020

De acordo com as
**Medidas Provisórias 927,
928, 936, 944 e 946/2020.**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainã Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito do trabalho de emergência : impactos da COVID-19 no direito do trabalho / Antonio Umberto de Souza Júnior...[et al.]. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Outros autores: Danilo Gonçalves Gaspar, Fabiano Coelho, Raphael Mizziara

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-425-2

1. Contratos de trabalho 2. Covid-19 - Pandemia - Aspectos jurídicos 3. Direito do trabalho 4. Direito do trabalho - Leis e legislação - Brasil 5. Férias trabalhistas 6. Horas de trabalho 7. Saúde pública 8. Teletreabalho I. Souza Júnior, Antonio Umberto de. II. Gaspar, Danilo Gonçalves. III. Coelho, Fabiano. IV. Mizziara, Raphael.

20-36339

CDU-34:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito do trabalho 34:331(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

Introdução: uma pandemia que impactou o mundo e o direito.....	11
Capítulo 1. Direito do trabalho de emergência e a COVID-19	21
1.1. Em tempos do novo coronavírus, o Direito do Trabalho de Emergência deve dirigir a proteção estatal aos trabalhadores ou aos empregadores?	23
1.2. Prevalência do acordo individual sobre a lei e as normas coletivas	28
1.3. Demandas por contratação ou remanejamento de mão de obra para suprir acréscimo de serviços decorrentes da pandemia	33
1.4. Cuidados especiais com a saúde dos empregados mantidos no estabelecimento patronal	36
1.5. Faltas decorrentes de medidas envolvendo o novo Coronavírus	38
Capítulo 2. Mecanismos para manutenção dos contratos de trabalho sem impacto remuneratório	41
2.1. Concessão imediata de férias, individuais ou coletivas.....	43
2.1.1. Férias já adquiridas	43
2.1.2. Férias ainda não adquiridas integralmente	46
2.1.3. Antecipação de períodos futuros de férias.....	46
2.1.4. Prioridade dos trabalhadores que pertençam ao grupo de risco	47
2.1.5. Suspensão de férias e licenças dos profissionais de saúde.....	47
2.1.6. Pagamento do terço constitucional das férias	53
2.1.7. Venda de 1/3 das férias a critério do empregador.....	54
2.1.8. Pagamento do terço constitucional das férias	54
2.1.9. Pagamento das férias em caso de dispensa do empregado	55
2.1.10. Concessão de férias coletivas	55
2.1.10.1. Concessão de férias coletivas	56
2.1.10.2. Desnecessidade de comunicação ao Sindicato e ao Ministério da Economia	56
2.1.10.3. Pagamento das férias coletivas	56

2.2.	Horários de trabalho.....	57
2.2.1.	Antecipação dos feriados civis e religiosos.....	59
2.2.2.	Banco de horas especial.....	61
2.2.3.	Jornada e compensação horária nos estabelecimentos de saúde.....	65
2.3.	Teletrabalho.....	66
2.3.1.	Teletrabalho, trabalho à distância e <i>home office</i> (ou em domicílio).....	67
2.3.2.	Alteração do regime de teletrabalho.....	69
2.3.3.	O prazo de transição do regime de trabalho.....	70
2.3.4.	Responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos e infraestrutura.....	70
2.3.5.	Tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação.....	74
2.3.6.	Breve resumo comparativo entre a regulamentação do teletrabalho na CLT e na MP nº 927, de 2020.....	75
2.3.7.	Inaplicabilidade do regime de <i>telemarketing</i>	78
2.4.	Suspensão de exigências em matéria de segurança e saúde do trabalho.....	78
Capítulo 3. Mecanismos para manutenção dos contratos de trabalho com impacto remuneratório.....		85
3.1.	Redução de salário e jornada.....	87
3.1.1.	Prazo máximo da redução da jornada e do salário.....	87
3.1.2.	Requisitos de validade do acordo de redução da jornada e do salário.....	87
3.1.2.1.	Preservação do valor do salário-hora de trabalho.....	88
3.1.2.2.	Acordo individual escrito e encaminhamento ao empregado.....	89
3.1.2.3.	Observância dos limites previamente fixados.....	95
3.1.3.	Restabelecimento da situação anterior.....	95
3.1.4.	Redução mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.....	95
3.1.4.1.	Negociação coletiva obrigatória.....	95
3.1.4.2.	Negociação coletiva como alternativa.....	97
3.2.	Suspensão temporária dos contratos de trabalho.....	99
3.2.1.	Suspensão mediante acordo individual na MP nº 927, de 2020.....	99
3.2.2.	Suspensão mediante acordo individual na MP nº 936, de 2020.....	104
3.2.3.	Suspensão mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.....	105
3.2.4.	Um caso à parte: trabalho portuário.....	106
Capítulo 4. Rescisão do contrato de trabalho em tempos de crise.....		109
4.1.	Estado de calamidade pública como hipótese de força maior.....	111
4.2.	Dispensa de empregados por fato do príncipe.....	113
4.3.	Dispensa coletiva de empregados.....	127

4.4. Garantias de emprego.....	128
4.4.1. Garantia de emprego nos períodos de redução salarial e suspensão temporária dos contratos de trabalho.....	128
4.4.2. Garantia de emprego no caso de empréstimos subsidiados para preservação dos postos de trabalho	132
4.4.3. Garantias de emprego ordinárias em tempo de crise	135
Capítulo 5. Afastamentos laborais durante a pandemia	141
5.1. Licença para tratamento da COVID-19.....	143
5.2. Doença ocupacional e a COVID-19	144
Capítulo 6. Desonerações financeiras e administrativas em favor das empresas	155
6.1. Adiamento de recolhimentos tributários	157
6.1.1. FGTS	157
6.1.2. INSS.....	161
6.2. Extinção do PIS-PASEP e autorização temporária para saque do saldo do FGTS.....	161
6.3. Redução das contribuições para o Sistema S.....	162
6.4. Suspensão de prazos em processos administrativos.....	163
Capítulo 7. Socorros financeiros emergenciais	165
7.1. Socorros a empregados e outros trabalhadores.....	167
7.1.1. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.....	167
7.1.2. Auxílio emergencial a trabalhadores informais e microempreendedores ..	176
7.1.3. Liberação parcial dos saldos do FGTS.....	179
7.1.4. Liberação integral dos saldos de PIS-PASEP.....	181
7.2. Linhas de crédito emergencial para empresas	181
Capítulo 8. Negociação coletiva em tempos de pandemia	183
8.1. Coesão de classe em tempos de isolamento	185
8.2. Assembleias virtuais	186
8.3. Redução dos prazos legais e estatutários.....	187
8.4. Prevalência do negociado sobre o legislado	187
8.4.1. O art. 2º da MP 927/2020	187
8.4.2. A dispensa da negociação coletiva para redução de jornada, salário e suspensão do contrato	191
Capítulo 9. Empregado doméstico e medidas emergenciais.....	195

Capítulo 10. Acesso à Justiça no contexto da pandemia da COVID-19	203
10.1. Atendimento diretamente a partes sem advogado	205
10.2. Suspensão, prorrogação e interrupção de prazos processuais	206
10.3. Dilação de prazos e exclusão de multas em acordos com prestações vencidas durante o período de suspensão dos prazos processuais	208
10.4. Rito emergencial das ações trabalhistas e a dispensa da audiência inicial.....	210
10.5. Audiências e sessões virtuais ou telepresenciais.....	214